

**ATA Nº 37/2016 DA REUNIAO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIARIOS.**

No dia 19 do mês de janeiro de 2016, na sede da Cohab Minas, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos rurais em Uberlândia, Vazante, Coromandel e Bambuí.

A reunião foi coordenada pela Lígia M. Alves Pereira, representante da Seplag e membro titular da Mesa de Diálogo.

Após a rodada de apresentação de todos os participantes do encontro, Lázaro Augusto, da Ruralminas, fez algumas considerações sobre a forma de funcionamento da Mesa e sugeriu que as partes envolvidas nas controvérsias fizessem seus relatos sobre a situação das ocupações para que todos ficassem cientes do processo.

O primeiro assunto discutido foi:

**Acampamento José Beraldo, na Fazenda Conceição de Santa Cruz -
Vazante-MG.**

Antônio Gaspar, integrante da ocupação, disse que as pessoas do acampamento já estão cansadas de esperar uma solução. “Tem 13 anos que eu vivo na região. A polícia de lá não é educada com a gente. Eles chegam gritando, querendo entrar e falando que vai atirar. Como que a gente sai de uma fazenda que estamos há dois anos, largando a plantação? Queremos saber se vai ter negociação ou não. Queremos sair de lá só quando a gente tiver outro lugar para ser assentado”, desabafou Antônio.

Cristiano Meireles, do MST, reforçou o discurso de Antônio e disse que a cidade de Vazante vive uma verdadeira injustiça social. Ele disse ainda que a expectativa é que a Mesa possa ajudar a resolver esse problema.

Afonso Henrique, representante do Ministério Público, se mostrou preocupado com o relato dos trabalhadores rurais sobre os possíveis abusos da polícia militar no município de Vazante. Afonso disse ainda que é fundamental sabermos quanto custa cada ação de desapropriação da PM (quanto custa pra desocupar 50 famílias, 100 famílias) e sugeriu que esse relatório fosse um encaminhamento. “Isso me preocupa, Coronel Mendes, com essa colocação deles. A gente sabe que a PM tem uma diretriz a ser cumprida e se aprimora

ATA Nº 37/ 2016 DA REUNIAO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIARIOS.

sempre. Temos que tratar esses abusos da policia. Essa questão de comandos e ações isoladas precisa ser colocada na mesma linha de atuação das demais.”, concluiu Afonso.

A defensora pública, Ana Cláudia S. Alexandre, disse que este processo ainda é novo e está em fase de montagem e que, apesar da ordem de despejo já estar pronta, a Defensoria Pública ainda não tem conhecimento do processo e não foi convocada para registrar.

O Coronel Mendes, da polícia militar, disse que qualquer reintegração de posse a PM avisa a mesa para negociar, salvo em alguns casos, que o juiz determina a desocupação em 24 horas. Mendes frisou que vem conversando com os juizes pra explicar que é preciso que antes de qualquer ação, é preciso procurar trazer o impasse para a Mesa discutir e tentar negociar.

Ao final da discussão, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

- 1. Uma comissão da Mesa de Diálogo fará uma visita na região para fazer um levantamento da situação e promover uma audiência no local.**
- 2. Ana Cláudia, da defensoria pública, se comprometeu a estudar um recurso assim que tiver a análise processual.**
- 3. O INCRA vai tentar viabilizar uma vistoria nas terras da região.**

Ocupação da Fazenda Bela Vista - Bambuí-MG.

Geovane Antônio, do MST, disse que as mais de 100 famílias que estão no local querem as terras. Ele disse, ainda, que o INCRA também manifestou interesse na região.

O advogado da Fazenda Bela Vista, **Hermano Moreira**, falou que a fazenda é uma empresa familiar. As terras estão com os donos desde 1984. “A capitólio fez uma serie de investimentos como açude, a sede, cerca, curral, galpão, pivô. É uma fazenda produtiva.”, esclareceu o advogado. Hermano disse também que a fazenda foi invadida no dia 1º de janeiro de 2015 e no dia 20 do mesmo mês, os proprietários entraram com uma ação de reintegração de posse. “A liminar foi concedida dia 30 de janeiro. Após a expedição, nós

ATA Nº 37/ 2016 DA REUNIAO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIARIOS.

enfrentamos três suspensões contra o juiz da vara agraria. No dia seis de agosto de 2015 houve a desocupação, com o compromisso de não invadir novamente.”, explicou Hermano. O advogado afirmou também que participou de uma reunião em Bambuí e que o MST não esteve presente, e ressaltou que sempre esteve aberto ao diálogo. Ainda segundo ele, o proprietário da fazenda não deseja negociar a venda e quer a desapropriação. “Meu compromisso de negociar é depois da desocupação. O INCRA pode fazer uma vistoria e ver a possibilidade até de vender, mas primeiro nós queremos a desocupação.”, concluiu.

Marilene de Carvalho, do acampamento, reforçou que as 83 famílias que estão lá não tem pra onde ir. Ela questionou sobre a possibilidade do INCRA fazer a vistoria em alguma outra terra da região para reassentá-los, caso eles tenham que deixar a fazenda.

Hermano Moreira disse que as plantações foram feitas depois da liminar do juiz para a desapropriação e que o proprietário está tendo um prejuízo enorme com essa ocupação.

Cristina Aparecida de Faria, responsável pela contabilidade de toda a plantação comunitária, disse que tem todas as notas fiscais das sementes que eles compraram e que pode provar que as plantações começaram antes da liminar. “Já gastamos vinte mil reais. Compramos a melhor semente, plantamos de tudo pra ter uma coisa de qualidade.”, afirmou Cristina.

Gilson de Sousa, do INCRA destacou que o INCRA é um mediador do conflito. Gilson disse ainda que se comprometeu a tentar uma negociação. “Temos que fazer um levantamento, se a fazenda estiver ocupada, nós não podemos fazer a vistoria. É eh uma região fácil de encontrar muitas propriedades e esse esforço esta sendo feito. Não posso dar uma posição porque ainda não tenho o orçamento liberado, mas reitero aqui que acho que nesse momento de crise, que pelo menos se pudesse garantir a permanência ate a colheita e nesse prazo a gente fazer o levantamento de uma área q possa satisfazer as famílias.”, disse Gilson.

Após todas as partes colocarem seus pontos de vista, Lígia M. Alves Pereira, representante da Seplag e membro titular da Mesa de Diálogo, concedeu uma pausa de cinco minutos na reunião para que os representantes da ocupação discutissem entre eles sobre a proposta do advogado da fazenda Bela Vista, de negociar apenas depois da saída espontânea dos trabalhadores rurais da propriedade.

Passados os cinco minutos, a reunião foi retomada com os seguintes encaminhamentos (acordo):

ATA Nº 37/ 2016 DA REUNIAO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIARIOS.

Os ocupantes terão 120 dias para fazerem a colheita dos víveres previamente plantados.

1. Que o INCRA, representado pelo seu Superintendente Regional no estado de Minas Gerais, Senhor Gilson de Sousa, necessitaria do prazo de 120 dias para efetuar a vistoria do imóvel e apresentar uma proposta ao proprietário.
2. Que seria constituída uma Comissão da Mesa de Diálogo, composta pelos senhores Lázaro Augusto dos Reis, marco Túlio Costa Barbosa e Wilton Miranda para acompanhar o caso.
3. Que haveria garantido que não haveria mais nenhuma atividade de plantio por parte da ocupação.
4. Que o Movimento faria uma relação de 13 responsáveis diretos para cuidar e acessar a propriedade para fazer a manutenção e colheita do plantio, sendo 3 (três) pessoas partícipes da Coordenação do Movimento, 5 (cinco) pessoas residiriam na propriedade (Ocupação) e as outras 5 (cinco) sem obrigação de residir no local. O Movimento apresentará os nomes desses 13 responsáveis no dia da desocupação.
5. Que a Comunicação do acordo ao Poder Judiciário dar-se-á através dos proprietários, com o intuito de suspender o cumprimento da Liminar de Reintegração de Posse.
6. Que o Movimento terá até o dia 2 de fevereiro para a retirada das outras barracas
7. Que o Movimento não reocupará a área supracitada.

Ocupação Fazenda Sobradinho – Uberlândia - MG

Os trabalhadores rurais fizeram algumas considerações sobre a situação das terras ocupadas e relataram possíveis abusos da Polícia Militar da região no tratamento para com os ocupantes da fazenda. Segundo **Joao batista**, um dos representantes do Movimento, o imóvel foi penhorado para garantir pagamento de dívidas e as 150 famílias que estão lá disseram que não vão sair. Eles fizeram um apelo para a Mesa convidar as partes envolvidas e também a Cemig. João Batista pediu ainda que o prazo para a desocupação (21 de janeiro) fosse adiado para que a Mesa de Diálogo pudesse investigar a situação.

ATA Nº 37/ 2016 DA REUNIAO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIARIOS.

Em relação aos depoimentos dos ocupantes a respeito da ação da polícia, O Coronel Mendes disse que vai verificar a procedência das informações e relatar à Mesa. Ele disse ainda que, em princípio, está mantida a desapropriação para o dia 21 de janeiro.

O Presidente da Mesa, **Claudius Vinícius**, disse que a Mesa de Diálogo vai ver a possibilidade de adiar a data da reintegração de posse e reforçou que vai tentar entrar em contato com o proprietário. “Ele sempre foi resistente nos contatos que tentamos com ele. Vamos fazer um ofício, mas o prognóstico não é bom, devido a tudo que estamos sabendo”, concluiu.

Baiano, da Fazenda Monte Carmelo, reclamou dos conflitos com a Polícia Militar. “Chegam fora de hora, mandam crianças saírem, rasgam a bandeira, humilham os sem terra, ameaçou a mim e meus companheiros. Lá tem em torno de 103 famílias. As crianças nem dormem mais. A gente como seres humanos, precisa de respeito. Eles invadiram dia 9 o acampamento às 23h e colocaram uma mãe com uma menina de 10 anos na chuva. Eles falaram que eles mesmos são a lei e que vão invadir a qualquer momento”, reclamou.

A Defensora Publica, **Ana Claudia S. Alexandre**, questionou se os trabalhadores rurais têm vídeos dessas ameaças como prova e ressaltou que esses relatos devem ser apurados.

Afonso Henrique, do Ministério Público, complementou, dizendo a situação é grave e que ele espera que a PM tome providências sobre essas denúncias. Disse ainda que o Ministério Público também vai agir nesse caso, levando o problema à promotoria de justiça local.

Edgar Martins, do Acampamento Antônio Conselheiro, disse que do ponto de vista da reforma agrária, a terra é improdutiva e esta executada (de bem publico) desde 1996. “A minha sugestão é que a gente marque uma reunião com o proprietário da terra e o INCRA, pra gente negociar de maneira boa pra todas as partes”, frisou Edgar.

Lazaro Augusto, da Ruralminas, disse que foi feito o convite, mas o proprietário não esteve presente. Lázaro disse ainda que ele virá na quinta-feira, às 9h.

Não tendo nada mais a ser relatado, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

ATA Nº 37/ 2016 DA REUNIAO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIARIOS.

1. A Mesa de diálogo vai tentar fazer uma visita ao Local antes do carnaval.
2. O **Coronel Mendes** vai tentar fazer contato com o comando da região para verificar os procedimentos a serem tomados.

Ocupação Fazenda Tabuões ou Chapadão dos Borges-Coromandel-MG

Carlos Antônio, do Acampamento Octávio disse que o Movimento quer uma negociação pacífica e pediu que fosse dado um tempo maior para o INCRA negociar a terra com o proprietário. “A área é de 370 hectares improdutivo. Queremos que a Mesa interceda para voltarmos aqui com o proprietário para negociar”, afirmou.

Cristiano Meireles, do MST falou que o Movimento teve uma conversa com o comando local e eles disseram que vão esperar a negociação na Mesa antes de agir. “O imóvel está totalmente abandonado e temos a expectativa de ficar com essa área”, disse.

Aldenir Vianna, representante da SEDA disse que é preciso conhecer melhor todo esse processo e sugeriu que a Mesa de Diálogo fosse até o local para averiguar as condições e também pedir o Ministério Público uma suspensão.

Lazaro Augusto, da Ruralminas, reforçou que todas as denúncias sejam formalizadas pelos órgãos competentes.

Ao final das considerações dos ocupantes, **Dalva Estela do Nascimento**, representante da SEDPAC, fez o seguinte encaminhamento:

“A gente poderia conseguir com a polícia um prazo de 30 dias pra entrar em contato com o proprietário e marcar outra reunião, conhecer o local e tentar fazer uma negociação”, concluiu Dalva.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2016.